

A Relevância da Função dos Atuários para a Gestão do Risco no Setor Financeiro em especial nos setores de Seguros e de Fundos de Pensões

Intervenção do Presidente da ASF, Professor Doutor José Figueiredo Almaca, na Conferência Internacional organizada pelo CIRSf – Centro de Investigação em Regulação e Supervisão do Sector Financeiro e pelo IAP - Instituto dos Actuários Portugueses, em cooperação e com o patrocínio da ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Lisboa, 1 de junho de 2015

Auditório da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Boa tarde a todos,

É com enorme prazer que a ASF recebe nas suas instalações esta conferência sobre a relevância da função do atuário para a gestão de risco do setor financeiro, em particular nos seguros e fundos de pensões.

Felicitó o IAP pelo papel que tem tido na promoção da importância do atuário no mundo financeiro, o que se tem revelado fundamental para a efetiva compreensão e valorização desta profissão.

Destaco também o papel do Centro de Investigação em Regulação e Supervisão Financeira (CIRSf) e do Senhor Professor Luís Morais que connosco tem colaborado de uma forma muito profícua.

A entrada em vigor em 1 de janeiro de 2016 do Solvência II representará uma mudança radical na função do atuário no contexto financeiro e segurador, ampliando as suas funções no quadro do controlo e medição de riscos.

O Solvência II muda a forma de quantificar as exigências mínimas de capitais requeridas às companhias e originou o aparecimento de um conjunto de necessidades das competências a desempenhar pelo atuário e das suas próprias responsabilidades.

Se hoje as necessidades de capital estão relacionadas, fundamentalmente, com o volume de prémios contratados, com a entrada em vigor do novo normativo os requisitos de capital são determinados fundamentalmente pelo nível de risco assumido pelas entidades.

A esta mudança de modelo está associada uma alteração ou, no mínimo, uma ampliação dos trabalhos básicos do atuário, que terá de dispor a partir deste momento de conhecimentos adicionais sobre gestão de riscos, no sentido mais amplo da palavra.

Com a entrada em vigor do Solvência II amplia-se o conceito da função atuarial dentro das entidades e torna-se mais quantitativo, assumindo uma dimensão superior pela necessidade de interação com a entidade e a gestão global da mesma.

Falar da gestão de riscos, *Risk Management* na terminologia anglo-saxónica, pressuporá levar em consideração todas aquelas fontes de incerteza que rodeiam a atividade quotidiana das entidades e que, de uma forma ou outra, afetam o seu balanço e conta de resultados.

Aos trabalhos habitualmente realizados pelos atuários, como a tarifação e o cálculo das provisões técnicas, acrescenta-se agora um conjunto de funções diretamente relacionadas como a medição de riscos, para determinar as necessidades de capital tendo em conta as diferentes linhas de negócio em que opera a companhia. A tudo isto acrescem as situações de mudança nos mercados, às vezes superando todo o tipo de expectativas da evolução económica e financeira, que vieram mostrar a necessidade de aprofundar a aquisição de

conhecimentos econométricos, estatísticos e matemáticos próprios da modelização estocástica, não deixando de abordar técnicas determinísticas para tratar alguns sintomas de volatilidade.

A necessidade de apresentar balanços realistas e fixar os padrões adequados de capital, segundo a própria autoavaliação das entidades, tem sido acompanhada de uma maior atividade de monitorização e controlo da parte da entidade de supervisão.

Falar de Solvência II é falar de um novo conceito que ainda não está enraizado nas nossas companhias, o conceito de Controlo Interno. A partir deste momento as entidades têm muitos incentivos para conceber um modelo de controlo interno dos seus próprios riscos tendo em consideração diferentes aspetos aleatórios. Um conjunto de aspetos suficientemente alargados e interrelacionados para que a ferramenta quantitativa e de medição ocupe um lugar fundamental no quotidiano das entidades.

A abordagem qualitativa dos apelidados Mapas de Risco, que espelham os riscos e controlos existentes, pode orientar o atuário na identificação de cada um deles, podendo mais tarde fazer a valorização em termos de gravidade e frequência dos sinistros ocorridos, permitindo criar uma base de dados de sinistros por risco tratado.

Esta nova abordagem de supervisão e regulação impõe a necessidade de determinar o perfil de risco das seguradoras e, por isso, a utilização de modelos que permitam quantificá-los, refletindo todos os riscos assumidos pela entidade.

Por esta razão, o atuário deverá evitar a média como valor representativo, pela relevância e informação que os desvios temporais ocorridos em certos momentos fornecem. Os modelos de sinistralidade ou *Loss Models* possibilitam quantificar os resultados de uma entidade ou negócio, em função do nível de confiança e, por isso, será possível estimar a probabilidade de situações de crise a assumir pela entidade seguradora, o que permitirá tomar conhecimento dos piores desvios possíveis nos resultados.

Na gestão tradicional, a tomada de decisões é baseada na rentabilidade ROE (*Return on Equity*); por outro lado, debaixo de uma gestão baseada no capital temos de ter em consideração a rentabilidade face ao risco assumido RAROC (*Risk Adjusted Return on Capital*). Quer isto dizer que não medimos somente a rentabilidade mas também ponderamos o nível de risco assumido.

O cálculo do valor intrínseco da empresa (tradicionalmente conhecido como *Embedded Value* no negócio de Vida) assume agora também especial relevância, destacando a importância que damos agora a novos conceitos como o *Fair Value* ou o *Market Consistent Embedded Value*, nos quais é preciso incorporar taxas de desconto, custo do capital, custo de opções e garantias.

Em seguros Não Vida, o atuário centra-se no *Appraisal Value*, valor da carteira cujo objetivo é a medição do valor do negócio de seguros, fazendo a separação entre ramos e o capital que exige cada linha de negócio, a análise da variabilidade das magnitudes relevantes que influem no valor do negócio e, por fim, o cálculo do valor da carteira como instrumento de planificação. Baseia-se em hipóteses que refletem o comportamento da carteira: apólices e prémios (vendas, anulações e evolução dos prémios), resseguro (tipologias e custos), sinistralidade, despesas de aquisição, despesas de administração e rentabilidade financeira.

Por último, a gestão integral dos riscos assumidos por uma seguradora, tal qual está previsto em Solvência II, pressupõe uma mudança radical no tratamento da informação que vinham fazendo. Se até agora os diferentes departamentos atuavam com certa autonomia em relação à informação que utilizavam, atualmente com o objetivo de Controlo Interno implica conceber sistemas que forneçam na maior medida do possível a combinação de toda a informação de que dispõe a entidade.

Em primeiro lugar, as entidades têm de ter à sua disposição bons sistemas de gestão de bases de dados. É verdade que durante a última década assistimos a importantes saltos

qualitativos no desenvolvimento de bases de dados, mas os esforços dedicados a realizar uma tramitação eficaz de sinistros devem também estar orientados para o desenvolvimento de registos informativos o mais completos possível.

A recolha da informação, tanto na fase da contratação inicial como no momento da renovação de apólices também é de extrema importância, por exemplo, quando se querem fazer projeções sobre o negócio futuro ou, simplesmente, comparar a nova produção realizada dentro de um ano económico com a do período anterior.

A função atuarial no quadro da Solvência II afeta diferentes departamentos: Contabilístico e Financeiro, Controlo de Gestão, Controlo de Riscos, Comercial, Técnico Atuarial Não vida, Resseguro, Informática, Vida, Investimentos e Produtos.

Todas as atividades devem desenvolver-se tendo em conta o normativo vigente. Em geral, a regulação visa garantir aos consumidores a solidez do sistema segurador e fundos de pensões.

A supervisão tem como função assegurar o cumprimento do normativo e exigir às entidades a possibilidade de verificar todos os processos e, por isso, é necessário que exista a máxima clareza e coerência nos processos de gestão de dados e análise dos mesmos.

Os critérios, os métodos e os sistemas de gestão de dados usados nas bases atuariais e na sua avaliação devem ser conhecidos, estáveis e comprováveis.

Muito obrigado pela vossa atenção.